

**DOCTRINA**

ARTIGOS

Reforma tributária e a carga burocrática

<b>Ives Gandra da Silva Martins</b> .....	9
1 Introdução .....	9
2 Do sistema atual .....	10
3 Da reforma tributária .....	12
3.1 Da simplificação legislativa .....	14
3.2 Da guerra fiscal entre os estados .....	15
3.3 Outras mudanças necessárias .....	17
4 Conclusão .....	17

Exportações incentivadas – Lei nº 9.249/95 (lei geral) revoga a Lei nº 7.988/89 (lei especial)?

<b>Tercio Sampaio Ferraz Junior</b> .....	19
1 Da revogação tácita por nova disciplina integral da matéria: das leis nº 9.249/95 e nº 7.988/89 .....	20
2 Da validade e da eficácia em sede de efeitos revocatórios .....	30

As decisões do Conselho de Contribuintes do Município do Rio de Janeiro e o acesso ao Poder Judiciário

<b>Ricardo Lodi Ribeiro</b> .....	39
I Introdução .....	39
II O Conselho de Contribuintes no âmbito do procedimento administrativo fiscal no município do Rio de Janeiro .....	39
III O princípio da deferência e a sua aplicação às decisões do Conselho de Contribuintes... ..	45
IV Conclusões .....	56

A constitucionalidade das diferenciações de alíquotas da CSLL: art. 1º da Lei nº 13.169/2015

<b>Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho</b> .....	59
1 Introdução .....	59
2 A constitucionalidade formal do art. 1º, da Lei nº 13.169/2015 .....	61
3 A constitucionalidade material do art. 1º, da Lei nº 13.169/2015 .....	68
4 Conclusão .....	72
Referências .....	72

Os contribuintes perderam o bonde da história?

<b>Sergio André Rocha</b> .....	73
---------------------------------	----

O tributo na pós-modernidade: as diretrizes das escolas neoliberais norte-americanas e a emergência da terceira via

<b>Maurin Almeida Falcão, Iracema Fonseca Siqueira de Abreu</b> .....	77
---	----

	Introdução .....	77
1	Os fundamentos das escolas neoliberais norte-americanas.....	78
1.1	A Escola Austríaca e os seus discípulos .....	80
1.2	A Escola de Chicago e a sua proeminência no discurso neoliberal .....	82
1.3	A Escola da Virgínia ou da Teoria da <i>Public Choice</i> .....	85
2	A Terceira Via de Anthony Giddens .....	86
3	O tributo na pós-modernidade .....	91
	Conclusão .....	93
	Referências .....	94

#### Atualidades na relação entre o direito do comércio internacional e o direito tributário internacional

	<b>Alexandre Marques da Silva Martins</b> .....	97
1	Introdução .....	97
2	Preço de transferência e OMC.....	98
2.1	O conceito de preço de transferência.....	98
2.2	O trabalho acerca do preço de transferência desenvolvido tanto pelo Comitê de Valoração Aduaneira da OMC como pelo Comitê Técnico de Valoração Aduaneira da OMA.....	100
2.3	O art. VII do GATT/94 e o Acordo de Valoração Aduaneira da OMC.....	103
2.4	Litígio na OMC .....	104
3	Paraíso fiscal e OMC.....	105
3.1	O funcionamento do GATS .....	105
3.2	O caso <i>Argentina – Financial Services</i> .....	107
4	<i>Controlled foreign companies</i> e OMC .....	114
4.1	O acordo de subsídios.....	115
4.2	O caso <i>US – FSC</i> .....	116
5	Conclusões .....	118
	Referências .....	119

#### Os limites à modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade no âmbito do direito tributário

	<b>Bruno Campos Christo Teixeira</b> .....	121
1	Introdução .....	121
2	Da hermenêutica adequada à modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade da norma tributária.....	122
2.1	Síntese histórica da modulação dos efeitos da decisão .....	122
2.2	Adequação dos métodos deducionista e da retórica.....	124
3	Dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade .....	126
4	Dos critérios para a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade de norma tributária .....	129
4.1	A segurança jurídica como critério à modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	129
4.1.1	Do limite subjetivo do argumento da segurança jurídica.....	131
4.1.2	Do limite temporal do argumento da segurança jurídica.....	134
4.1.3	Da possibilidade de restrição ao efeito <i>ex tunc</i> .....	135
4.1.4	Da possibilidade de aplicação de efeito híbrido ( <i>ex nunc</i> e <i>ex tunc</i> ).....	135
4.1.5	Da impossibilidade de se resguardar efeitos futuros da norma declarada inconstitucional.....	137
4.1.6	Do argumento da segurança jurídica em favor da coisa julgada.....	140

4.2	Do excepcional interesse social como critério à modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade .....	143
5	Conclusão .....	146
	Referências .....	148

O Imposto de Renda e as receitas de frete internacional – Análise da lei doméstica e dos acordos de bitributação

<b>Ramon Tomazela Santos, Paulo Coviello Filho</b> .....	151	
1	Introdução .....	151
2	A incidência do IRRF nos pagamentos de fretes internacionais .....	152
3	Os acordos internacionais de bitributação .....	162
4	Acordos internacionais de transporte .....	168
5	Conclusões .....	169
	Referências .....	170

Refletindo sobre o parcelamento de débitos tributários nos 50 anos de CTN

<b>Phelippe Toledo Pires de Oliveira, Diogo de Andrade Figueiredo</b> .....	173	
1	A introdução do parcelamento de débitos tributários no CTN e suas posteriores alterações .....	173
2	Desmistificando a confusão entre o parcelamento e os demais institutos de direito tributário .....	175
3	A utilização frequente de "planos de parcelamento" como mecanismo para aumentar a arrecadação imediata dos entes estatais .....	180
4	Efeitos colaterais: desestímulo ao pagamento voluntário de tributos pelos contribuintes e impactos das sucessivas suspensões dos processos de execução fiscal .....	182
5	Conclusões .....	184
	Referências .....	185

A destinação aos estados e municípios do Imposto de Renda retido na fonte pelas suas sociedades de economia mista e empresas públicas

<b>Charbel Elias Maroun</b> .....	187	
1	Introdução .....	187
2	O cabimento da imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal às empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos sem finalidade lucrativa .....	188
3	Da retenção do produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, retidos na fonte, sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais e municipais prestadoras de serviços .....	190
	Referências .....	196

**JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA**